



## CONAMP intensifica mobilização contra a reforma da previdência

Pág. 02

### JUSTIÇA ELEITORAL

**Conselho deliberativo é contra a extinção de zonas eleitorais**



Pág. 04

### STF

**Concedida liminar que garante que promotores concorram à vaga de PGJ no Piauí**



Pág. 06

### FRENTAS

**Entidade finaliza mandato como coordenadora da Frentas**



Pág. 08

# CONAMP intensifica mobilização contra a reforma da previdência

Texto aprovado em comissão especial prejudica ainda mais os servidores públicos



Em maio, a Comissão Especial da Reforma da Previdência aprovou o texto-base da PEC 287/16. Grande parte do documento está conforme o substitutivo apresen-

***A CONAMP é contra a reforma da previdência e acompanha a PEC deste o início da tramitação***

tado pelo relator, deputado Arthur Maia (PPS/BA). Dos 51 destaques apresentados, apenas um foi aprovado, o que mantém na Justiça estadual as ações contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O texto do relator transfere essas ações para a Justiça federal, o que, segundo os deputados, poderia dificultar as iniciativas judiciais dos segurados.

Agora, a proposta precisa ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara dos Deputados, onde serão necessários 308 votos para aprovação em cada turno.

A CONAMP é contra a reforma da previdência e acompanha a PEC deste o início da tramitação.

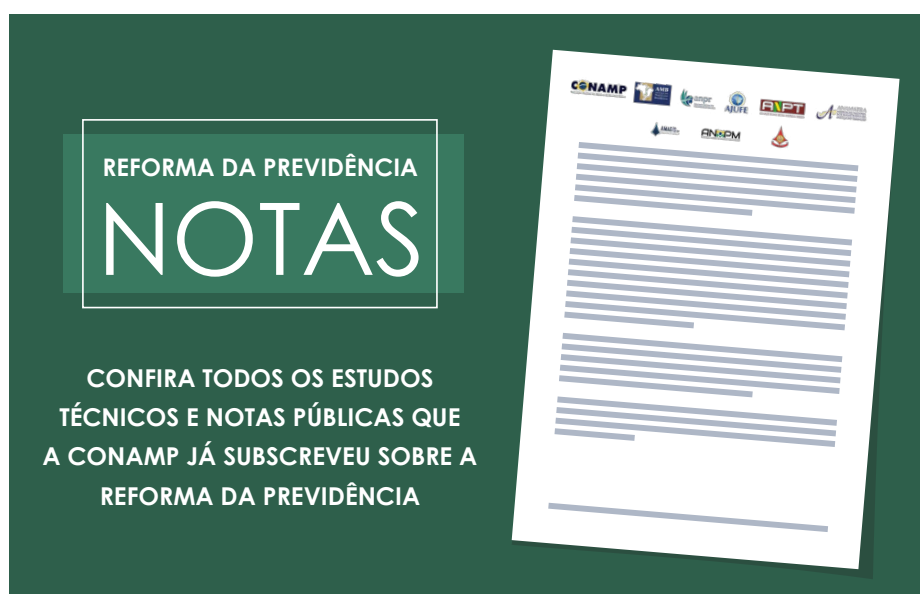
Conforme o atual texto, a aposentadoria do servidor público é ainda mais prejudicada: as regras de transição têm por idade mínima 60 anos para homens e 55 anos para mulheres do setor público. Diferente do proposto para o setor privado: 55 anos para homens e 53 para mulheres.

Por outro lado, não há previsão de mecanismo para facilitar ou garantir a cobrança da bilionária dí-

vida para com a Previdência Social, em valor superior a 426 bilhões de reais. **“Optou-se pelo caminho do arrocho social, sem se buscar, de antes, soluções constitucionais – como, a exemplo, dilação da diminuta prescrição - para reforço do caixa da previdência pela cobrança de seus créditos líquidos e certos”,** alerta a CONAMP em estudo técnico sobre a PEC 287/16.

**Ao lado de entidades representativas do Ministério Público, da Magistratura, e dos servidores públicos, a CONAMP busca informar a população e os parlamentares quanto às injustiças da reforma da previdência que ameaçam direitos e garantias dos trabalhadores brasileiros.**

As entidades continuam mobilizadas contra a reforma da previdência. No entanto, para atenuar os efeitos de uma possível apro-



vação da PEC 287/16, as associações planejam propor medidas como integralidade/paridade sem idade mínima, cumulação de aposentadorias e pensões, Funpresp de caráter público, média de 80% equivalente às maiores contribuições - e não 100% - a partir de 2004. **Neste sentido, já haviam apoiado algumas emendas de alteração do texto visando o resguardo dos trabalhadores públicos e privados, como a**

**retirada das contribuições destinadas à Seguridade Social da (DRU).**

Duas notas foram ainda publicadas em maio: **uma denúncia sobre informações equivocadas e inverídicas divulgadas pelo Governo Federal e outra que o atual momento político compromete o atual governo e as discussões sobre a reforma da previdência e a trabalhista.**

SAIBA MAIS

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Acompanhe a atuação da entidade  
contra a PEC 287/16

## Conselho deliberativo é contra a extinção de zonas eleitorais

Durante reunião ordinária do conselho deliberativo da CONAMP realizada em Brasília nos dias 16 e 17 de maio, os integrantes da entidade reafirmaram a posição institucional contra as iniciativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que promovem o remanejamento e a extinção de zonas eleitorais em todo o país.

Para a CONAMP, a medida não garante nem a eficiência nem a eficácia da Justiça eleitoral e compromete a soberania popular e a lisura das eleições. A entidade pretende contestar judicialmente a extinção das zonas eleitorais.

**Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) de todo o país também já se manifestaram contrários ao TSE.** Até



o momento estima-se que mais de 3.000 zonas eleitorais serão extintas em todo território nacional.

Dirigentes associativos do Ministério Público e da Magistratura de diversos estados intensificaram atuação conjunta em defesa da

Justiça eleitoral. As ações são realizadas em parceria também com os TRE's estaduais e assembleias legislativas para evitar possível retrocesso do sistema judiciário eleitoral.



## Janina Schuenck é reeleita presidente da Ampeb



| [Leia mais](#)

## Eleita nova diretoria da Associação Sergipana do Ministério Público



| [Leia mais](#)

## Solenidade de posse de nova diretoria da AMPDFT é realizada



| [Leia mais](#)

## Sandro José Neis é eleito novo presidente do CNPG



| [Leia mais](#)

## Concedida liminar que garante que promotores concorram à vaga de PGJ no Piauí

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu, por meio de medida cautelar, a emenda de Nº 49 à Constituição do Estado do Piauí que excluía a participação de Promotores de Justiça da eleição para Procurador Geral de Justiça. O ministro acolheu o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (5700), movida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A decisão considera que a emenda à Constituição piauiense seria formalmente inválida, pois ofende as normas ministeriais disciplinada pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e, que, portanto, estão fora da capacidade de legislativa de âmbito estadual.

Além disso, a referida PEC está contaminada pelo vício de iniciativa, pois não considerou a reserva existente em favor do Chefe do Ministério Público local para iniciar o processo legislativo sobre a organização da instituição por ele comandada.

A liminar foi publicada após reunião de integrantes da CONAMP, do Ministério Público do Piauí (MP/PI), e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) realizada no dia 9 de maio. Na oportunidade, esteve presente o 1º vice-presidente da CONAMP, Víctor Hugo Azevedo.

A CONAMP apoia a luta MP/PI do para assegurar os direitos e



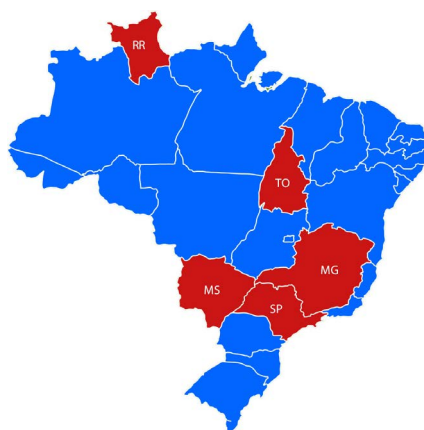
garantias de seus membros. **Tanto que uma comissão institucional foi mobilizada no dia 23 de abril para conversar com o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho.**

Para a entidade, a possibilidade de promotores e procuradores de Justiça serem candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça é uma conquista da sociedade e do Ministério Público na Constituição Federal de 1988. A manutenção deste importante instrumento de defesa dos interesses da sociedade e das garantias dos membros do Ministério Público é uma das

lutas históricas da CONAMP e de suas associações afiliadas.

Inclusive, em recente decisão monocrática do ministro Toffoli, em sede de liminar, o STF decidiu que as legislações estaduais não podem estabelecer maiores limites que a Constituição Federal e a Lei orgânica Nacional do Ministério Público (ADI 5653).

Atualmente, apenas Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Roraima e Tocantins não permitem que Promotores se candidatem à PGJ. No entanto, as associações filiadas destes estados estão trabalhando intensamente para alterar estes dispositivos.



**■** Ministérios Públicos que permitem candidatura de Promotores ou Procuradores

**■** Ministérios Públicos que permitem candidatura só de Procuradores

## Proposta de resolução do CNMP compromete independência funcional

No início de maio, A CONAMP entregou ao conselheiro Fábio George do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) um estudo técnico sobre proposta de resolução que estabelece critérios avaliativos da atuação funcional

dos membros do Ministério Público brasileiro pelas Corregedorias.

No documento, a entidade entende que a medida compromete a independência funcional dos membros do MP. “A CONAMP entende que as corregedorias não podem

ter, ordinariamente, esta função revisional do mérito da atividade fim. [...] Há na proposta de resolução um superdimensionamento das atribuições”.

[Clique aqui e confira a íntegra do estudo técnico](#)

## Atuação do Ministério Público junto aos tribunais é tema de audiência

O 1º vice-presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, participou das discussões sobre medidas de aprimoramento da atuação dos membros do MP junto aos tribunais. O evento foi realizado na sede do CNMP pela Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Entre outros apontamentos, Victor Hugo lembrou ainda que, no âmbito da atuação das entidades de classe, promotores e procuradores de Justiça já identificaram e mani-

festaram formas de fortalecer o MP no segundo grau, conforme teses aprovadas nos Congressos Nacionais do Ministério Público, em especial a 21ª edição, realizada em 2015 no Rio de Janeiro. A especialização das Procuradorias de Justiça, inclusive para o manejo dos recursos para os tribunais superiores; o reconhecimento da legitimidade para atuação extrajudicial; e a efetivação destas medidas pela via regulamentar própria, independentemente de



Foto: Sérgio Almeida

alteração legislativa, foram algumas das sugestões apresentadas.

[Clique aqui e leia a notícia completa sobre a audiência pública](#)



### XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

27 A 29 • SETEMBRO • 2017  
BELO HORIZONTE • MG

INSCRIÇÕES ABERTAS



FRENTAS

## Entidade finaliza mandato como coordenadora da Frentas

No dia 25 de maio ocorreu a mudança de coordenação da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). Após seis meses como coordenadora, a presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, fez a transmissão do cargo para o presidente da Associação

dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso.

Desde de dezembro de 2016, quando a CONAMP assumiu a Frentas pela primeira vez, Magistratura e Ministério Público intensificaram a atuação conjunta contra proposições que pudessem colocar em risco as garantias e prerrogativas das carreiras. A Frentas posicionou-se em relação a iniciativas legislativas como o do abuso de autoridade; desconfiguração do projeto das dez medidas anticorrupção; reforma da previdência; reforma trabalhista; desvinculação da recomposição inflacionária dos subsídios; renegociação

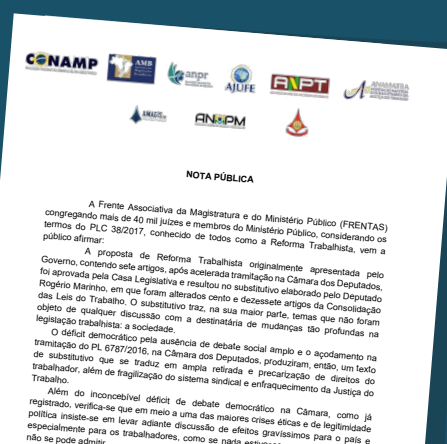
das dívidas dos Estados; teto dos gastos públicos; e extrateto.



[Clique aqui e relembre os posicionamentos adotados pela Frentas durante a coordenação da CONAMP](#)

## NOTA PÚBLICA REFORMA TRABALHISTA

MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO PEDEM  
A REJEIÇÃO DA REFORMA DA TRABALHISTA





## Superávit do Fundo Penitenciário Nacional reflete ineficiência da administração pública



| [Leia mais](#)

## Audiência pública debate possível impacto da reforma da previdência na segurança pública



| [Leia mais](#)

### NOTA PÚBLICA



## Associação internacional do MP manifesta preocupação com acontecimentos na Venezuela

| [Leia mais](#)

**NÃO PERCA  
NENHUMA  
NOVIDADE DA  
CONAMP**

Assine nossa newsletter e  
receba em primeira mão as  
notícias da entidade



**PUBLIQUE SEU  
ARTIGO JURÍDICO  
NA CONAMP**

Basta enviar o  
documento para

[imprensa@conamp.org.br](mailto:imprensa@conamp.org.br)

e aguardar aprovação



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para [imprensa@conamp.org.br](mailto:imprensa@conamp.org.br) ou ligue para 61.3314-1356